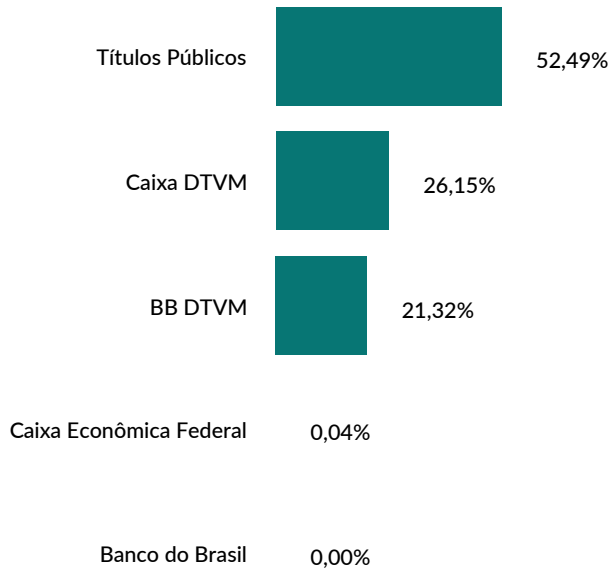
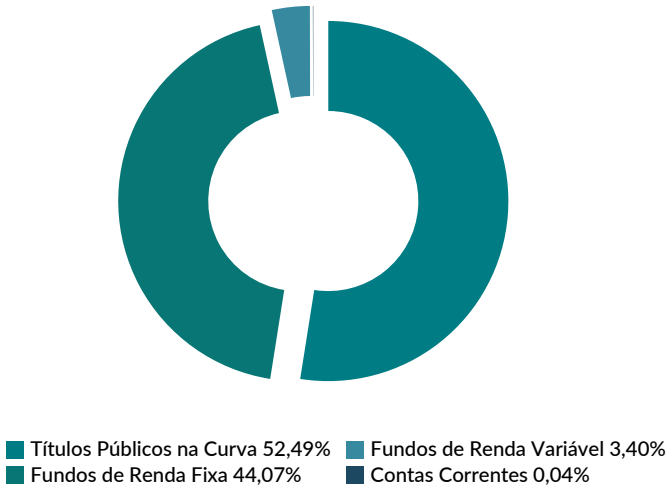
IPREANCARLOS

Os recursos do IPREANCARLOS são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência. A diretoria do RPPS, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos.

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA



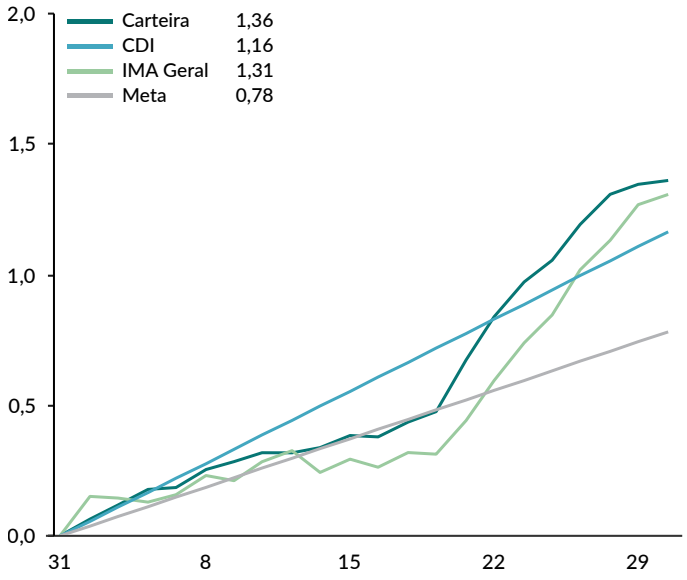
DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR SEGMENTO



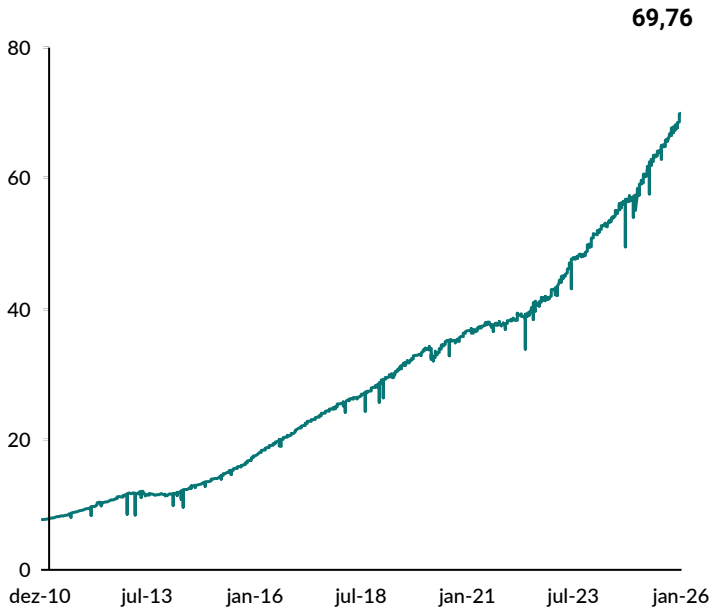
HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 12 MESES
IPREANCARLOS	1,36%	1,36%	12,93%
META - IPCA + 5,53%	0,78%	0,78%	9,97%
CDI	1,16%	1,16%	14,49%
IMA GERAL	1,31%	1,31%	14,73%
IBOVESPA	12,56%	12,56%	43,79%

RENTABILIDADE ACUMULADA NO MÊS (EM %)



EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO (EM R$ MILHÕES)



O mês de janeiro foi marcado por eventos geopolíticos relevantes, com impactos distintos sobre os mercados. O principal evento foi a escalada da ofensiva do governo Trump em relação à Groenlândia. Embora já houvesse, anteriormente, manifestações de interesse na aquisição da ilha, não haviam ocorrido ações concretas por parte do atual presidente dos Estados Unidos. O ponto de inflexão deu-se com a imposição de tarifas e com ameaças de uso de força contra aliados europeus contrários aos interesses americanos, o que reacendeu a possibilidade de uma guerra comercial, estratégia que vem sendo utilizada pelo governo Trump como instrumento de negociação. As tensões iniciais geraram estresse na ponta longa da curva de juros americana e impulsionaram o preço do ouro no mercado global, refletindo uma maior busca por proteção por parte dos investidores. Posteriormente, o cenário foi parcialmente revertido com a retirada das tarifas depois da participação de Trump no Fórum Econômico Mundial, em Davos, onde foram delineadas as bases para um acordo futuro alinhado aos interesses dos Estados Unidos e da Otan. Como resultado, observou-se uma compressão significativa dos prêmios de risco, impulsionando os preços dos ativos em um ambiente de menor aversão ao risco. Apesar disso, há uma preocupação do mercado quanto aos comportamentos erráticos do presidente dos EUA, que aumenta a probabilidade do acontecimento de um novo evento de cauda semelhante ao "Liberation Day"no primeiro trimestre de 2025.

A pressão do governo Trump sobre o Federal Reserve (Fed) também se intensificou, levantando questionamentos sobre a independência da autoridade monetária. Há algum tempo, o presidente dos Estados Unidos vem dirigindo críticas ao presidente do Fed, Jerome Powell, em relação à condução da política monetária. Os atritos se aprofundaram após o Departamento de Justiça (DOJ) abrir uma investigação criminal contra Powell, envolvendo supostos custos excessivos relacionados à reforma da sede do Fed, episódio que foi rebatido por Powell em um pronunciamento extraordinário, no qual afirmou estar sofrendo pressões para reduzir as taxas de juros. Em paralelo, o andamento da análise da Suprema Corte sobre as alegações de fraude hipotecária contra Lisa Cook foi interpretado de forma positiva pelos mercados, uma vez que a Corte tende a reforçar a preservação da independência do Fed. Um desfecho contrário poderia abrir precedentes para novas tentativas de interferência do governo Trump na condução da política monetária, inclusive por meio de demissões. A principal preocupação do mercado foi relacionada às intervenções políticas no Fed com o objetivo de reduzir os juros, o que poderia afetar negativamente as expectativas de inflação, a credibilidade da instituição e, como consequência, os juros de longo prazo dos títulos do Tesouro americano (Treasuries), com impacto adverso sobre os ativos globais. No final de janeiro, Donald Trump anunciou Kevin Warsh como sua indicação para ser o próximo presidente do Fed. A decisão reduz o risco de interferência política na independência do Fed, diminuindo a probabilidade de que esse risco de cauda se materialize e afete significativamente as taxas de juros de longo prazo dos Estados Unidos. O futuro presidente do Banco Central americano enfrentará o desafio de demonstrar independência na condução da política monetária, sem qualquer viés político.t

Nesse contexto de incertezas sobre a independência institucional, o Federal Reserve realizou sua primeira reunião do ano no final de janeiro. O Comitê decidiu manter a Federal Funds Rate (FFR) no intervalo entre 3,50% e 3,75%, em linha com as expectativas do mercado, interrompendo o ciclo de queda das taxas de juros iniciado em setembro do ano passado. O comunicado sinalizou uma postura mais restritiva em relação às condições econômicas, elevando o grau de exigência para a retomada de um novo ciclo de afrouxamento monetário. Esse posicionamento reflete a resiliência da atividade econômica norte-americana, ao mesmo tempo em que a inflação medida pelo PCE permanece acima da meta de 2,0% do Fed. Powell reforçou que as próximas decisões seguirão condicionadas à evolução dos indicadores, mantendo a condução da política monetária fortemente dependente de dados. O Comitê reconhece que o nível atual da política monetária é apropriado e permite ajustes na calibragem dos juros conforme mudanças no balanço de riscos, especialmente no que se refere à inflação de bens, que vem apresentando dinâmica altista em função das tarifas. Diante desse contexto, o Fed deverá manter, por ora, a pausa no ciclo de cortes de juros. Eventuais ajustes tendem a ser marginais, sem afastamento relevante dos níveis atuais, mantendo a taxa próxima ao intervalo associado ao nível neutro, condicionados à dissipação do choque tarifário e a uma melhora mais consistente das condições do mercado de trabalho, o que poderia abrir espaço para um novo ciclo de cortes de juros a partir do meio do ano. Complementarmente, a indicação de Kevin Warsh para o Federal Reserve reduz a probabilidade de cortes agressivos na Federal Funds Rate, caso ele seja aprovado pelo Senado, comparativamente a outros nomes cotados para assumir o cargo. Esse fator diminui o risco de uma acentuação mais pronunciada da curva de juros dos Estados Unidos, o que mitiga impactos adversos sobre a renda fixa global e os ativos de risco.

Além das movimentações nos Estados Unidos, outros eventos geopolíticos também marcaram o cenário internacional em janeiro. Um deles foi a operação conduzida pelos EUA para capturar o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, após meses de mobilização de militares americanos na região do Caribe. Apesar da mudança na dinâmica geopolítica regional, os impactos de curto prazo sobre os ativos foram limitados. A principal preocupação concentrou-se no comportamento dos preços do petróleo; no entanto, a cotação diária permaneceu em níveis controlados. Uma recuperação rápida da produção venezuelana no curto prazo é improvável, embora existam perspectivas de médio e longo prazo para um aumento da oferta, caso haja recomposição da capacidade produtiva. Dessa forma, o evento não deve exercer pressão baixista relevante sobre a commodity neste momento, nem gerar contágio significativo sobre a aversão ao risco global, diferentemente da volatilidade observada nas tensões entre Estados Unidos e Irã. O país enfrentou protestos reprimidos de forma violenta pelo governo iraniano, o que desencadeou reações mais contundentes por parte dos Esta-

dos Unidos, incluindo o uso de forças militares na região. As tensões permanecem elevadas em meio a um ambiente de negociações complexas entre os dois países, gerando volatilidade, sobretudo nos preços do Brent, dada a relevância do Irã para a oferta global de petróleo. Uma eventual escalada do conflito tende a exercer pressão altista sobre os preços internacionais do petróleo e, nesse cenário, pode contaminar as expectativas de inflação global. Enquanto as negociações permanecerem em andamento, o cenário deverá continuar impactando a aversão ao risco global e gerando volatilidade nos mercados.

Em contraste com a volatilidade geopolítica, janeiro também trouxe avanços em negociações comerciais. No início do mês, foi assinada a conclusão do acordo entre a União Europeia e o Mercosul, após mais de 20 anos de negociações entre os dois blocos. O acordo ainda não entrou em vigor, pois depende da conclusão dos procedimentos internos de ratificação em cada país. Uma vez implementado, criará uma das maiores zonas de comércio do mundo, com impactos econômicos positivos no médio e longo prazos para ambas as regiões, sobretudo em função da redução gradual das tarifas de importação, que deverá incentivar o comércio bilateral. As exportações brasileiras tendem a ser impulsionadas pela queda das tarifas de importação e pela ampliação das vendas externas em setores específicos, com destaque para o agronegócio, que deve figurar como o principal beneficiário dentro da pauta exportadora do país. Além disso, a União Europeia é o segundo maior parceiro comercial do Brasil, com importações concentradas majoritariamente em bens manufaturados. Nesse contexto, espera-se que a redução das tarifas de importação tenha efeito positivo sobre os custos de produção, por meio da queda nos preços de insumos e bens de capital, contribuindo para o aumento da competitividade brasileira no mercado global. Embora não se esperem impactos significativos no curto prazo, à medida que as tarifas forem gradualmente reduzidas ou eliminadas, a atividade econômica tende a ser estimulada no longo prazo. Estimativas indicam um aumento do nível do PIB brasileiro em torno de 0,46% até 2040 em relação ao cenário base. Os efeitos limitados no curto prazo refletem, principalmente, o ritmo lento de eliminação tarifária previsto no acordo e a presença de mecanismos de proteção para agricultores europeus. Dessa forma, não são esperadas revisões relevantes para os ativos domésticos ou para os mercados europeus no curto prazo.

Por fim, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil realizou a primeira reunião do ano e decidiu manter a taxa Selic em 15%, em linha com a maior parte das expectativas do mercado. O principal destaque do comunicado foi a sinalização explícita de que o início do ciclo de cortes de juros poderá ocorrer já na próxima reunião, em março, condicionado à confirmação do cenário base. Houve mudanças relevantes no tom da comunicação, com a retirada de expressões mais hawkish, como “manutenção da taxa de juros por período bastante prolongado”, “não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso julgue apropriado” e “vetores inflacionários se mantêm adversos”. A leitura é de que o grau de confiança do Comitê em relação ao início do processo de flexibilização monetária aumentou, deslocando o foco das próximas decisões para a definição da magnitude do ciclo. A comunicação permaneceu neutra em relação ao tamanho e à duração dos cortes, reforçando que as decisões seguirão dependentes da evolução dos dados e da necessidade de calibragem do nível de juros para assegurar a convergência da inflação à meta. Esse posicionamento confere maior flexibilidade ao Banco Central para ajustar o ritmo do afrouxamento monetário à medida que novas informações sejam incorporadas ao processo decisório.